

FUNDO GARANTIDOR BAIANO DE PARCERIAS FGBP RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 2016

Administradora: Desenhahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia

Rua Ivonne Silveira, 213 – Doron
Salvador - Ba – CEP 41.194-015
Tel (71) 3103-1040/1271 fax (71) 3103-1017

1. Introdução

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias (FGBP), cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e alterações, tem como competência precípua a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas, celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP). Em 03 de junho de 2013 ocorreu a primeira Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou o Estatuto e o Regulamento do Fundo, assim como, estabeleceu o valor nominal das cotas e as condições para a integralização inicial dessas pelo Estado da Bahia. Em 14 de outubro do mesmo ano, na segunda Assembleia Geral Extraordinária, foram aprovadas a garantia e suas condições para o Contrato de PPP de implantação e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas. Na Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 22 de outubro de 2014, foram aprovadas alterações no Estatuto e Regulamento do Fundo.

O presente relatório foi elaborado em cumprimento ao art. 13 e representa também o Relatório do Cotista, previsto no art. 33, ambos constantes no Regulamento do Fundo.

Este relatório está disponível ao Conselho Consultivo do FGBP em cumprimento a à seção II, art. 13, do Estatuto do FGBP.

2. Negócios realizados no período

Não se aplica. Não foram realizadas novas operações, após a integralização de 250 mil cotas, no valor unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), perfazendo R\$ 250 milhões de reais, pelo Estado da Bahia em 15 de outubro de 2013. Os recursos foram depositados na Caixa Econômica Federal. A aplicação financeira desses recursos e o rendimento encontram-se explicitados no item 5 deste relatório.

3. Obrigações contraídas no período

Não se aplica. Não foram contraídas novas obrigações em 2016. Manteve-se apenas as obrigações contraídas com o Contrato de PPP para implantação e operação do Sistema Metroviário Salvador e Lauro de Freitas.

4. Honra a garantias realizadas

- 4.1. Pagamento à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (CCR) de R\$ 19.741.272,68 (dezenove milhões, setecentos e quarenta e um mil, duzentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos), em 21/08/2014, referente ao 1º Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente (SEDUR), em 12 de março de 2015;
- 4.2. Pagamento à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (CCR) de R\$ 3.278.827,30 (três milhões, duzentos e setenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta centavos), em 29/10/2014, referente ao 2º Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente (SEDUR), em 12 de março de 2015;

- 4.3. Pagamento à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (CCR) de R\$ 33.607.979,78 (trinta e três milhões, seiscentos e sete mil, novecentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos) em 02/01/2015, referente ao 4º Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente (SEDUR), em 8 de julho de 2015.
- 4.4. Pagamento à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (CCR) de R\$ 69.475.993,75 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, novecentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos) em 27/05/2015, referente ao 3º Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente (SEDUR), em 20 de janeiro de 2016.
- 4.5. Pagamento à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (CCR) de R\$ 23.200.000,00 (vinte e três milhões e duzentos mil reais) em 15/03/2016, referente ao 17º Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente (SEDUR), em 19 de maio de 2016.
- 4.6. Pagamento à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (CCR) de R\$ 29.920.000,00 (vinte e nove milhões e novecentos e vinte mil reais) em 04/04/2016, referente ao 18º Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente (SEDUR), em 19 de maio de 2016.
- 4.7. Pagamento à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (CCR) de R\$ 21.306.703,83 (vinte e um milhões trezentos e seis mil setecentos e três reais e oitenta e três centavos) em 30/08/2016, referente ao 9Aº Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente (SEDUR), em duas partes, pagas em 05 de setembro e 24 de outubro de 2016.
- 4.8. Pagamento à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (CCR) de R\$ 45.920.000,00 (quarenta e cinco milhões novecentos e vinte mil reais) em 05/10/2016, referente ao 13º Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente (SEDUR), em 29 de novembro de 2016.

5. Evolução Patrimonial do Fundo

5.1. Principais movimentações do período

Com a utilização de recursos do FGBP para honrar o primeiro e o segundo aportes em 2014 e do quarto aporte no início de 2015, do Contrato de PPP do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas, a relação Patrimônio Disponível/Garantias caiu para abaixo de 1, sendo necessária a recomposição do saldo mínimo do Fundo pelo Cotista. Conforme previsto pela Lei 12.610, de 27 de dezembro de 2012 e alterações posteriores, como o Cotista não recompôs o saldo no prazo legal, em 11/02/2015, foi realizada a recomposição do saldo mínimo do FGBP utilizando recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (FUNDESE), por meio da transferência de R\$ 23,7 milhões. Com isso, o FGBP passou a apresentar saldo disponível de R\$ 250 milhões naquela data.

Em 12 de março de 2015, o Concedente (SEDUR) ressarciu o Fundo com os valores honrados do primeiro e do segundo aportes.

No mês de abril de 2015, o Estado da Bahia, como único Cotista do Fundo, solicitou o resgate do valor não comprometido com garantias de R\$ 26,7 milhões. A relação Patrimônio Disponível/Garantias permaneceu acima de 1.

No dia 27 de maio de 2015, foi utilizado recursos do FGBP para honrar o terceiro aporte, no valor de R\$ 69,5 milhões, assim, a relação Patrimônio Disponível/Garantias voltou ao patamar abaixo de 1. Entretanto, como em 08 de julho de 2015, o Concedente (SEDUR) ressarciu o Fundo com os valores honrados do quarto aporte, essa relação atingiu 1,18 no fechamento de 2015.

Em 20 de janeiro de 2016, o Concedente ressarciu o FGBP com os valores honrados do terceiro aporte. Com isso, as disponibilidades do Fundo superaram os valores mínimos

requeridos. Nesse sentido, o Estado da Bahia, como único Cotista do Fundo, solicitou o resgate do valor não comprometido com garantias, de R\$ 56,9 milhões, ocorrido em 28 de janeiro de 2016.

No primeiro quadrimestre de 2016, o FGBP foi acionado pela CCR para honrar os pagamentos referentes aos 17º e 18º aportes. O primeiro ocorreu no dia 15 de março e o segundo em 04 de abril. O Concedente ressarciu o FGBP com os valores honrados para esses aportes no dia 19 de maio de 2016.

Ainda em maio de 2016 ocorreram os seguintes fatos:

- a) 03/05/2016: Recomposição do saldo mínimo do FGBP utilizando recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (FUNDESE), através da transferência de R\$ 45,3 milhões, uma vez que o FGBP estava com saldo disponível abaixo R\$ 250 milhões desde março, após a honra do 17º aporte, e o Cotista não recompôs o saldo no prazo legal.
- b) 31/05/2016: O Estado da Bahia resgatou R\$ 55 milhões, que não estavam comprometidos com garantias na data de solicitação.

No segundo semestre de 2016 o FGBP foi acionado pela CCR para honrar os pagamentos referentes aos 9Aº e 13º aportes. O primeiro ocorrendo em 30 de agosto, sendo ressarcido em duas partes pagas em 05 de setembro e 24 de outubro de 2016. O segundo ocorreu em 05 de outubro, tendo sido ressarcido pelo Concedente no dia 29 de novembro de 2016.

5.2. Rentabilidade e valor patrimonial das cotas

O valor integralizado em cotas do FGBP, no montante de 250 milhões de reais, referente ao aporte inicial, manteve-se aplicado no fundo próprio de renda fixa referenciado em LFT e NTN-B, enquanto que os rendimentos do mesmo foram resgatados mensalmente e aplicados em CDB, com rendimento de 100% do CDI/CTIP. Considerando o patrimônio consolidado, principal e rendimentos das aplicações, bem como os resgates de cotas ocorridos, os pagamentos referentes à honra das garantias realizados, o ressarcimento destes pagamentos ocorridos no período, e a recomposição de saldo mínimo realizada utilizando recursos do FUNDESE, os recursos do FGBP perfazem um saldo total disponível, apurado em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 269,2 milhões, já descontada a taxa de administração da DESENBAHIA e outros encargos. Os rendimentos no ano totalizaram R\$ 32 milhões. Resumo financeiro evidenciado nas Tabela 5.1 e 5.2 a seguir:

Tabela 5.1 – Resumo financeiro - 1º semestre 2016 (Regime de caixa)

MÊS REF	jan-16	fev-16	mar-16	abr-16	mai-16	jun-16
Saldo Inicial - R\$	235.419.889,74	250.610.789,05	253.016.221,66	232.512.332,50	204.640.353,13	250.832.431,17
Receita Apurada no Mês - R\$	2.700.419,17	2.491.125,68	2.775.525,10	2.160.891,89	2.909.424,54	2.905.676,96
Integraliz. Novas Cotas - R\$	-	-	-	-	45.253.000,00	-
Resgate de Cotas - R\$	- 56.900.000,00	-	-	-	- 55.000.000,00	-
Taxa Adm. DESENBAHIA - R\$	80.833,12	81.012,58	74.733,77	83.265,75	64.826,76	87.282,74
Honra Garantia (saída/entrada) - R\$	69.475.993,75	-	23.200.000,00	29.920.000,00	53.120.000,00	-
Custos de Auditoria - R\$	4.680,49	4.680,49	4.680,49	20.839,25	25.519,74	25.519,76
Outras Taxas - R\$	-	-	-	8.766,26	-	-
Subtotal (disponibilidade)- R\$	250.610.789,05	253.016.221,66	232.512.332,50	204.640.353,13	250.832.431,17	253.625.305,63
Direito a Receber - R\$	-	-	23.200.000,00	53.120.000,00	-	-
Saldo Final no Mês - R\$	250.610.789,05	253.016.221,66	255.712.332,50	257.760.353,13	250.832.431,17	253.625.305,63
Quantidade de Cotas	201.831.666	201.831.666	201.831.666	201.831.666	194.517.434	194.517.434
Valor da Cota - R\$	1,241682212	1,253600226	1,266958441	1,277105613	1,289511308	1,303869272
Relação Patrimônio Disponível /Garantias	1,253	1,265	1,163	1,023	1,254	1,268
Rentabilidade no Mês	1,05%	0,99%	1,15%	1,05%	1,11%	1,16%
Rentab./S/ CDI Cetip Acumulada Mês	99,68%	99,28%	99,08%	99,73%	99,83%	99,86%
Rentabilidade Acumulada no Ano	1,05%	2,06%	3,23%	4,32%	5,47%	6,69%
Rentab./S/ CDI Cetip Acumulada no ano	99,68%	99,48%	99,33%	99,43%	99,51%	99,56%

Tabela 5.2 - Resumo financeiro - 2º semestre 2016 (Regime de caixa)

MÊS REF	jul-16	ago-16	set-16	out-16	nov-16	dez-16
Saldo Inicial - R\$	253.625.305,63	256.332.194,77	238.034.865,34	249.347.969,24	218.185.766,37	266.316.409,69
Receita Apurada no Mês - R\$	2.806.495,65	3.093.569,27	2.706.893,56	2.231.317,53	2.277.582,85	2.981.376,77
Integraliz. Novas Cotas - R\$	-	-	-	-	-	-
Resgate de Cotas - R\$	-	-	-	-	-	-
Taxa Adm. DESENBÁHIA - R\$	87.170,31	84.194,87	92.807,08	81.206,81	66.939,53	68.327,49
Honra Garantia (saída/entrada) - R\$	-	21.306.703,83	8.699.017,42	33.312.313,59	45.920.000,00	-
Custos de Auditoria - R\$	-	-	-	-	-	-
Outras Taxas - R\$	12.436,20	-	-	-	-	-
Subtotal (disponibilidade)- R\$	256.332.194,77	238.034.865,34	249.347.969,24	218.185.766,37	266.316.409,69	269.229.458,97
Direito a Receber - R\$	-	21.306.703,83	12.607.686,41	45.920.000,00	-	-
Saldo Final no Mês - R\$	256.332.194,77	259.341.569,17	261.955.655,65	264.105.766,37	266.316.409,69	269.229.458,97
Quantidade de Cotas	194.517.434	194.517.434	194.517.434	194.517.434	194.517.434	194.517.434
Valor da Cota - R\$	1,317785193	1,333256168	1,346694997	1,357748560	1,369113316	1,384089091
Relação Patrimônio Disponível /Garantias	1,282	1,190	1,247	1,091	1,332	1,346
Rentabilidade no Mês	1,10%	1,21%	1,10%	1,05%	0,97%	1,12%
Rentab./ CDI Cetip Acumulada Mês	99,95%	99,83%	99,60%	99,68%	99,65%	99,66%
Rentabilidade Acumulada no Ano	7,78%	9,18%	10,38%	11,54%	11,92%	13,18%
Rentab./ CDI Cetip Acumulada no ano	99,62%	99,64%	99,63%	99,64%	99,63%	99,63%

A relação patrimônio disponível/garantias, que fechou 2015 em 1,18 após a diminuição do valor da garantia para R\$ 200 milhões a partir de novembro de 2015, começa 2016 em 1,25 devido às movimentações de pagamento da SEDUR de R\$ 69,5 milhões referentes ao 3º aporte honrado pelo fundo junto à CCR e do resgate de cotas pelo governo do estado no valor de R\$ 56,9 milhões, o que resultou na redução de cotas para cerca de 202 milhões. Em fevereiro a relação patrimônio disponível/garantias sofreu leve elevação em função dos retornos da aplicação, mas voltou a cair para próximo de 1 em março e abril, após as honras das garantias do 17º e 18º aportes junto à CCR. Em maio subiu para 1,25 em função das movimentações ocorridas no mês: pagamento da SEDUR de R\$ 53,1 milhões referentes ao 17º e 18º aportes, honrados pelo fundo junto à CCR, recomposição do saldo mínimo do FGBP através de recursos do FUNDESE (R\$ 45,3 milhões) e novo resgate de cotas pelo governo do estado no valor de R\$ 55 milhões, o que também fez com que a quantidade de cotas diminuísse para cerca de 195 milhões. Houve um pequeno incremento em junho e julho, em função do retorno das aplicações, mas em agosto esta relação volta a cair devido à honra da garantia do 9º aporte, retornando ao patamar de 1,25 em setembro, após pagamento parcial do aporte 9A pela SEDUR, mas caindo novamente para próximo de 1 em outubro após honra do 13º aporte, mesmo tendo ocorrido, no mês, o pagamento do restante do aporte 9Aº por parte da SEDUR. Em novembro, com a quitação do 13º aporte pela SEDUR, a relação passa para 1,33 e fecha o ano em 1,35, como mostra o gráfico 5.1 a seguir:

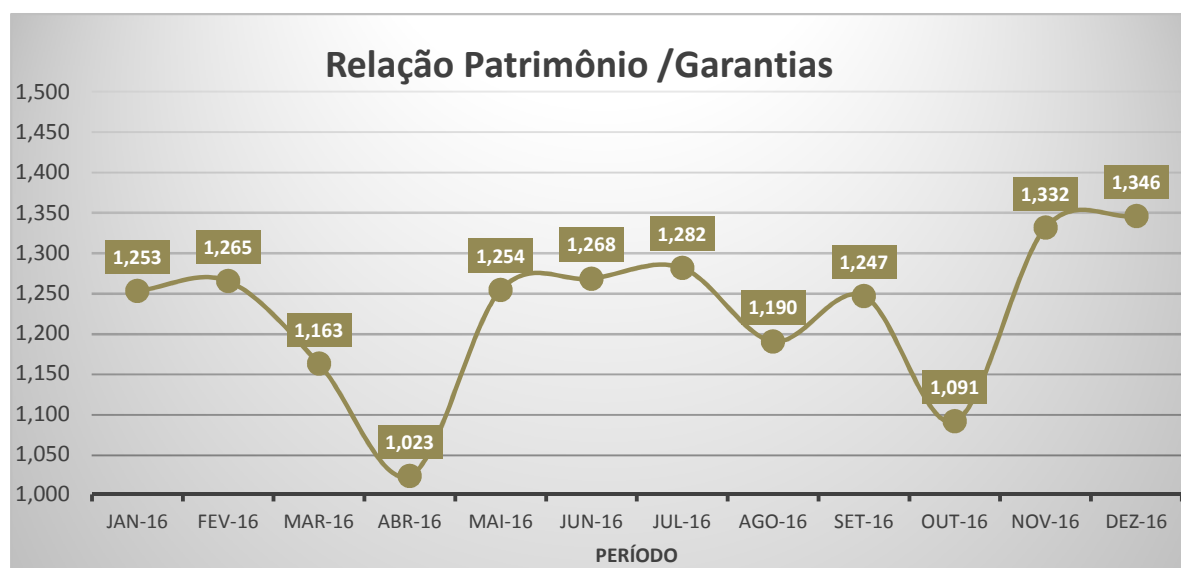


Gráfico 5.1 – Relação Patrimônio/Garantia

Cabe destacar que o valor da cota se manteve crescente. Isto decorre do fato de o patrimônio total do FGBP não ter sido reduzido após os pagamentos, dado que o Fundo se sub-roga no direito do parceiro privado a receber do Concedente todos valores que são honrados. Constatase que, em

novembro de 2016, todos os valores honrados pelo FGBP até o final do exercício foram quitados pelo Concedente. Considerando também os rendimentos auferidos, a cota, que começou o ano valendo R\$ 1,24, alcança, em dezembro de 2016, o valor de R\$ 1,38, conforme mostra o Gráfico 5.2 abaixo:

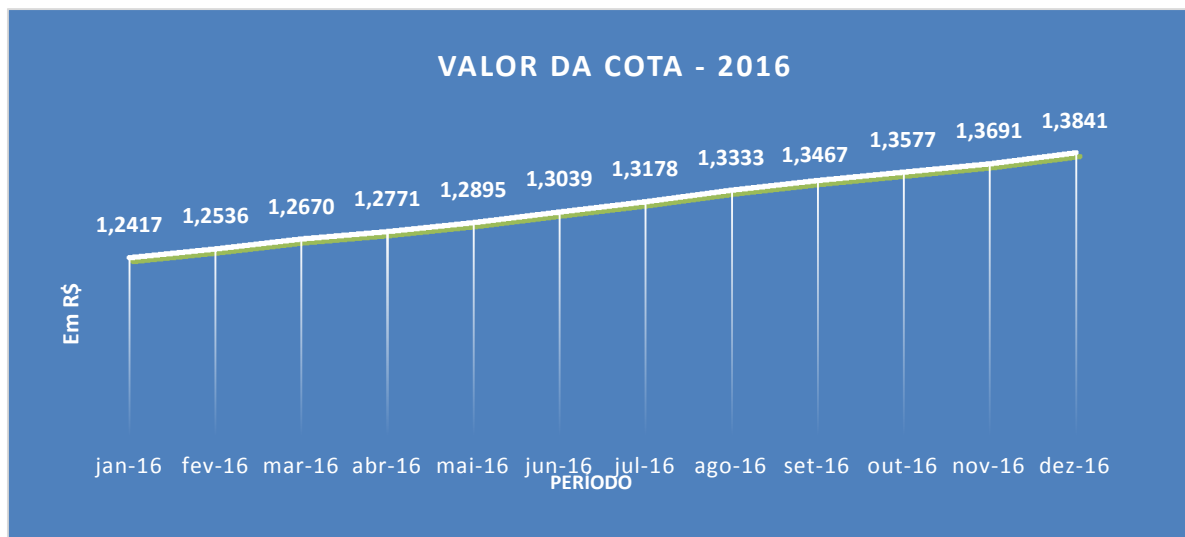


Gráfico 5.2 – Valor da Cota 2016

No ano anterior, a cota, considerando também os rendimentos auferidos, saiu de 1,13 em janeiro, para 1,23 em dezembro de 2015. (ver gráfico 5.3).

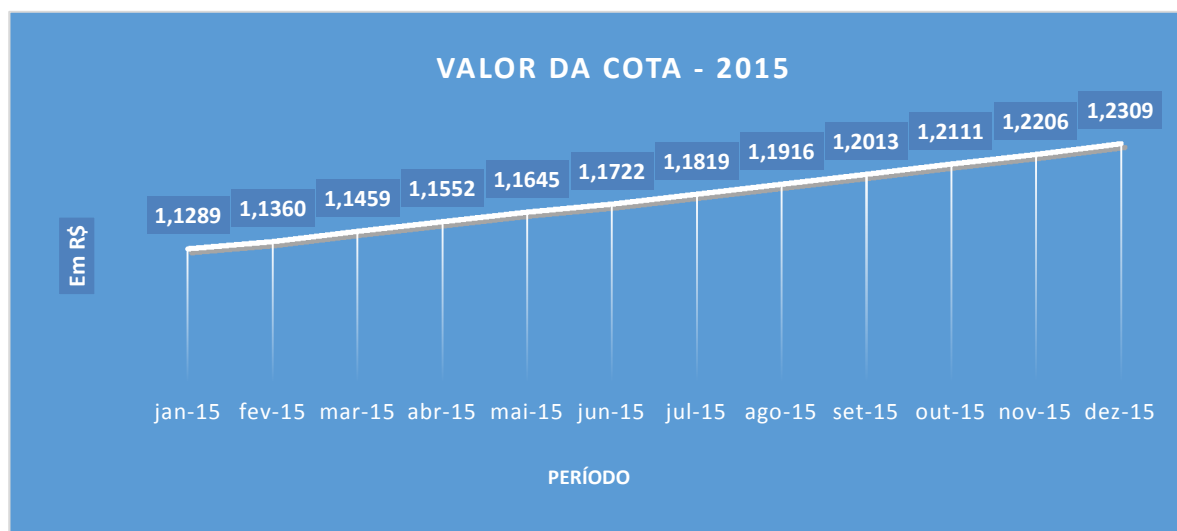


Gráfico 5.3 – Valor da Cota 2015

No que tange à rentabilidade da carteira de aplicação do FGBP, os rendimentos no ano de 2016, que totalizaram 32 milhões, começa em janeiro em 99,7%, em relação ao CDI, sofrendo queda até março e recuperação gradual nos meses seguintes, passando, a partir de agosto, a oscilar entre 99,63% e 99,64%, em função, principalmente, dos rendimentos dos papéis do Fundo de Renda Fixa (títulos públicos referenciados em LFT : FI FGBP RF CRED PRIV LP). A rentabilidade acumulada no ano de 2016, ponderada pelas duas aplicações (Título e CDB), chegou a 13,18% (ver Gráfico 5.4).

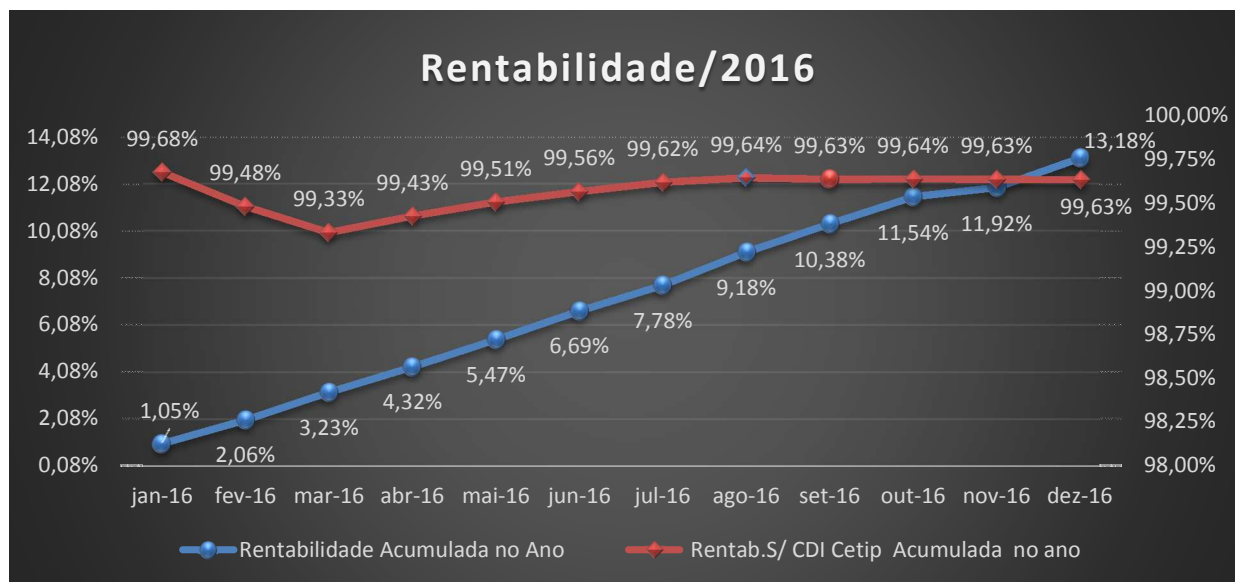


Gráfico 5.4 – Rentabilidade Acumulada 2016

Em 2015 os rendimentos em relação ao CDI mantiveram-se em torno de 99,6%, sendo a rentabilidade acumulada de 13,2% (os rendimentos totalizaram R\$ 28,7 milhões), conforme mostra o Gráfico 5.5 a seguir.

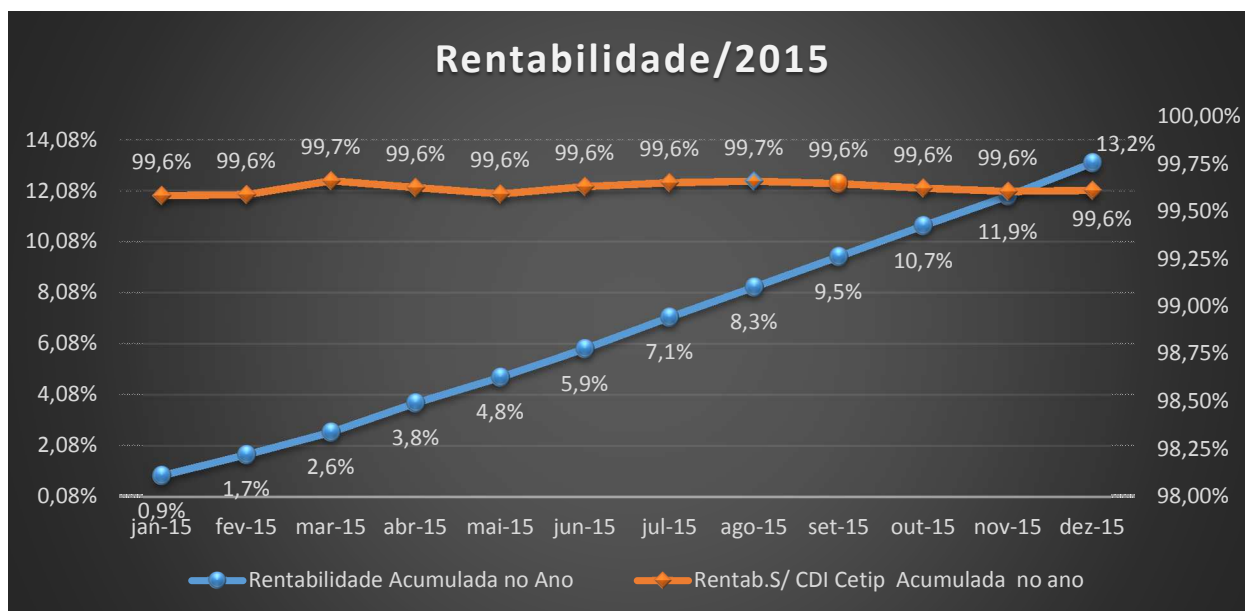


Gráfico 5.5 – Rentabilidade Acumulada 2015

5.3. Encargos debitados ao FGBP

Os encargos e taxas debitados em 2016, considerando o regime de caixa, totalizaram o montante de R\$ 1.059,7 mil (0,41% do patrimônio médio do fundo em 2016), distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 952,6 mil, referem-se à taxa de administração da Desenhahia correspondente a 3% dos rendimentos referentes ao período de dezembro de 2015 a novembro de 2016, pagos em 2016;
- R\$ 85,9 mil referentes à custos com Auditoria pagos em 2016;
- R\$ 21,2 mil, referentes aos seguintes custos pagos no período: taxas municipais de fiscalização (8,8 mil) e custos de publicação (12,4 mil) do relatório de administração 2015, em cumprimento ao Regulamento do Fundo, Art. 34.

Também foram debitadas despesas referentes às aplicações de renda fixa - (despesas de auditoria, taxa de administração, despesas de taxas SELIC/CETIP, etc). Como essas despesas foram descontadas diretamente das receitas apuradas dessas aplicações, os valores informados se referem ao resultado líquido.

No ano de 2015, os encargos e taxas debitados, considerando o regime de caixa, totalizaram R\$ 985 mil (0,32% do patrimônio do fundo no final de 2015), distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 853 mil reais, referem-se à taxa de administração da Desenhahia, correspondente a 3% dos rendimentos referentes ao período dezembro de 2014 a novembro de 2015, pagos em 2015;
- R\$ 59 mil referentes à custos com Auditoria pagos em 2015;
- R\$ 73 mil referentes aos seguintes custos pagos no período: taxas municipais e cartorárias (11,7 mil) e o valor de R\$ 61,3 mil, debitado em dezembro, referente ao custo de publicação do relatório de administração 2014, em cumprimento ao Regulamento do Fundo, Art 34.

5.4. Valor de mercado dos bens e direitos integrantes do patrimônio do FGBP

Não se aplica no período analisando.

6. Programa de Investimentos para o próximo período e perspectivas

Para o ano 2017 não há previsão de novos negócios.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP

(Administrado pela Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.)

Salvador-Ba

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos

independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria em 15 de abril de 2016 sem modificação.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 31 de março de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1 – S – BA

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S – BA

Manuel Perez Martinez Junior

Contador CRC BA - 025458/O-0

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	269.229	235.420	Obrigações diversas	7	89	100
Outros créditos	6	-	69.476				
Total do circulante		<u>269.229</u>	<u>304.896</u>	Total do circulante		<u>89</u>	<u>100</u>
				Patrimônio líquido	8		
				Capital		180.309	246.956
				Reservas de lucro		<u>88.831</u>	<u>57.840</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>269.140</u>	<u>304.796</u>
Total do ativo		<u>269.229</u>	<u>304.896</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>269.229</u>	<u>304.896</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas da intermediação financeira	9	32.040	28.708
Rendas com títulos e valores mobiliários		31.371	28.708
Rendas com certificados de depósitos bancários		<u>669</u>	<u>-</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>32.040</u>	<u>28.708</u>
Outras despesas operacionais	9	(1.049)	(991)
Despesas administrativas		(79)	(117)
Despesas tributárias		(9)	(12)
Outras despesas operacionais		<u>(961)</u>	<u>(862)</u>
Resultado operacional		<u>30.991</u>	<u>27.717</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		<u>30.991</u>	<u>27.717</u>
Resultado do exercício		<u><u>30.991</u></u>	<u><u>27.717</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital realizado	Reserva de lucro	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016		246.956	57.840	-	304.796
Resultado do exercício		-	-	30.991	30.991
Movimentação do capital com:					
Subscrição de cotas	8	45.253	-	-	45.253
Resgate de cotas	8	(111.900)	-	-	(111.900)
Destinação:					
Constituição de reserva de lucro	8	<u>-</u>	<u>30.991</u>	<u>(30.991)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>180.309</u>	<u>88.831</u>	<u>-</u>	<u>269.140</u>
Mutações do exercício		<u>(66.647)</u>	<u>30.991</u>	<u>-</u>	<u>(35.656)</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015		250.000	30.123	-	280.123
Resultado do exercício		-	-	27.717	27.717
Movimentação do capital com:					
Subscrição de cotas		23.659			23.659
Resgate de cotas		(26.703)			(26.703)
Destinação:					
Constituição de reservas de lucro	8	<u>-</u>	<u>27.717</u>	<u>(27.717)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>246.956</u>	<u>57.840</u>	<u>-</u>	<u>304.796</u>
Mutações do período		<u>(3.044)</u>	<u>27.717</u>	<u>-</u>	<u>24.673</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	30.991	27.717
Variações patrimoniais		
Títulos e valores mobiliários	(123.211)	129.019
Outros créditos	69.476	(46.456)
Outras obrigações	(11)	6
Caixa líquido originado das (usado nas) atividades operacionais	(22.755)	110.286
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Subscrição de cotas	45.253	23.659
Resgate de cotas	(111.900)	(26.703)
Caixa líquido (usado nas) atividades de financiamento	(66.647)	(3.044)
Aumento (redução) líquido de caixa e de equivalentes de caixa	(89.402)	107.242
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	112.060	4.818
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	22.658	112.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP (“Fundo”) foi instituído pela Lei nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012.

O Fundo tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela administração direta ou indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.

O Fundo é regido pelo seu Regulamento e Estatuto, aprovados na primeira Assembleia de Cotistas realizada em 3 de junho de 2013. Neste ato também foi autorizada a integralização inicial de capital do Fundo com recursos do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ao Estado da Bahia. Com a publicação

do estatuto em 27 de setembro de 2013 tiveram início as operações do Fundo. O aporte de capital ocorreu em 15 de outubro de 2013.

A Desenhahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. foi designada administradora do Fundo mediante regulamento.

Política de investimentos

O Fundo tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas através da gestão e administração de uma carteira de ativos financeiros, títulos e valores mobiliários, moeda corrente, bens móveis e imóveis e ou outros direitos com valor patrimonial, buscando a manutenção de sua rentabilidade, segurança e liquidez.

O patrimônio de cada cotista é a soma da quantidade de cotas multiplicada pelo respectivo valor das mesmas.

A gestão do Fundo deve buscar compatibilizar a evolução do ativo comprometido com a trajetória esperada para as obrigações assumidas, de acordo com os respectivos prazos e indexadores.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

De acordo com o regulamento do Fundo, o mesmo tem contabilidade própria, compatível com o sistema adotado pelo seu administrador, Desenhahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.. Assim sendo, as suas demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Desenhahia em 31 de março de 2017.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional do Fundo.

Estimativas e premissas foram utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tenha efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios aqui apresentados.

- a. O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.
- b. A classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece às normas e instruções do Banco Central do Brasil.
- c. Os títulos e valores mobiliários registram a aplicação de disponibilidades de caixa em títulos públicos federais, inclusive em cotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos públicos federais, desde que assim conste nos regulamentos dos fundos de investimento.
- d. Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicável.
- e. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável.
- f. Para elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, as aplicações interfinanceiras de liquidez com vencimento de até 90 dias, registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- g. Para apuração de tributos, o Fundo está submetido à imunidade recíproca, que protege as pessoas jurídicas de direito público umas das outras, no que concerne à incidência dos impostos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Cotas de fundos de renda fixa (i)	22.658	112.060
TOTAL	22.658	112.060

- (i) Apesar de o fundo ser exclusivo e possuir um patrimônio líquido de R\$ 252.928, apenas R\$ 22.658 representam equivalentes de caixa pois este é o lastro de ativos com vencimento no curto prazo, garantindo a liquidez de um eventual resgate de cotas.

5 Títulos e valores mobiliários

O montante refere-se a aplicação no Fundo de Investimento Caixa FGBP Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo, com uma rentabilidade no ano de 99,63% do CDI, (99,61% em 2015). Seus ativos estão aplicados em depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras, títulos públicos e operações compromissadas. Este Fundo possui a seguinte composição por faixa de vencimento:

	Faixa de vencimento - 2016						Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses à 1 ano	De 1 à 2 anos	De 2 à 3 anos	Acima de 3 anos	
Disponibilidades	1	-	-	-	-	-	1
Operações compromissadas	2.037	-	-	-	-	68.348	70.385
Depósitos à prazo e outros títulos de instituições financeiras	-	20.659	134.662	-	-	-	155.321
Títulos públicos	-	-	-	-	-	27.260	27.260
Valores a pagar	(39)	-	-	-	-	-	(39)
TOTAL	1.999	20.659	134.662	-	-	95.608	252.928

	Faixa de vencimento - 2015						Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses à 1 ano	De 1 à 2 anos	De 2 à 3 anos	Acima de 3 anos	
Disponibilidades	3	-	-	-	-	-	3
Operações compromissadas	103.660	-	-	-	-	-	103.660
Depósitos à prazo e outros títulos de instituições financeiras	-	8.432	44.591	-	-	36.190	89.213
Títulos públicos	-	-	-	-	-	42.579	42.579
Valores a pagar	(35)	-	-	-	-	-	(35)
TOTAL	103.628	8.432	44.591	-	-	78.769	235.420

Em 2016 houve ainda a aplicação na Caixa Econômica Federal em CDB, com liquidez diária e rentabilidade de 100% do CDI, sendo aplicado o montante de R\$ 16.180.000,00 em 29/11/2016 com vencimento em 03/11/2021. A receita de aplicação obtida no período (29/11/16 a 31/12/16) foi de R\$ 189.423,58, sendo resgatado o valor de R\$ 68.327,49 em 05/12/2016.

A movimentação das aplicações em títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

	2016	2015
Saldo inicial das aplicações em 1º de janeiro	235.420	257.197
(+) Valores aplicados	243.703	86.103
(+) Apropriação de juros	32.041	28.708
(-) Valores resgatados	(241.935)	(136.588)
(=) Saldo final das aplicações em 31 de dezembro	269.229	235.420

6 Outros créditos

Em função da PPP firmada com o consórcio CCR Metrô Salvador, as seguintes honras e ressarcimentos, através da SEDUR, ocorreram:

Saldo inicial das garantias honradas em 1º de janeiro de 2015	23.020
(+) Garantias honradas em janeiro de 2015	33.608
(-) Ressarcimento de garantias em março de 2015	(23.020)
(+) Garantias honradas em maio de 2015	69.476
(-) Ressarcimento de garantias em julho de 2015	(33.608)
(=) Saldo final das garantias honradas em 31 de dezembro de 2015	69.476
(-) Ressarcimento de garantias em janeiro de 2016	(69.476)
(+) Garantias honradas em março de 2016	23.200
(+) Garantias honradas em abril de 2016	29.920
(-) Ressarcimento de garantias em maio de 2016	(53.120)
(+) Garantias honradas em agosto de 2016	21.307
(-) Ressarcimento de garantias em setembro de 2016	(8.699)
(+) Garantias honradas em outubro de 2016	45.920
(-) Ressarcimento de garantias em outubro de 2016	(12.608)
(-) Ressarcimento de garantias em novembro de 2016	(45.920)
(=) Saldo final das garantias honradas em 31 de dezembro de 2016	-

7 Obrigações diversas

As obrigações do Fundo estão compostas por:

	2016	2015
Taxa de administração (i)	89	81
Outras obrigações (ii)	-	19
TOTAL	89	100

(i) Conforme previsto em seu regulamento, mensalmente o Fundo paga ao seu administrador (Desenbahia) pelos serviços de administração e gestão do Fundo uma taxa de administração equivalente a um percentual ao ano a ser aprovado em Assembleia de Cotistas, incidente sobre o rendimento líquido das aplicações financeiras do Fundo. Na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de outubro de 2013 ficou estabelecida a taxa de 3% ao ano.

(ii) Despesas com serviços de auditoria independente.

8 Patrimônio líquido

O capital social é constituído de 194.517 (273.205 em 2015) cotas, tendo o Estado da Bahia como único cotista. Movimentação das cotas integralizadas e resgatadas:

	2016		2015	
	Capital social- R\$	Quantidade de cotas	Capital social- R\$	Quantidade de cotas
Saldo inicial em 1º janeiro	246.956	273.205	250.000	250.000
(+) Subscrição	45.253	35.419	23.659	270.910
(-) Resgate	(111.900)	(114.107)	(26.703)	(247.705)
(=) Saldo final em 31 de dezembro	180.309	194.517	246.956	273.205

O Fundo não pagará rendimentos a seus cotistas. A este está assegurado o direito de requerer o resgate total ou parcial de suas cotas, correspondente ao patrimônio ainda não utilizado para concessão de garantias, fazendo-se a liquidação com base na situação patrimonial do Fundo.

As subscrições tiveram como objetivo manter o nível de aplicações correspondentes à prestação de garantias do Fundo em consonância com o seu regulamento. Esta recomposição de cotas se deu por meio de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, em nome do estado da Bahia.

O patrimônio líquido é constituído também por reserva de lucros no valor de R\$ 88.831 (R\$ 57.840 em 2015).

9 Resultado

	2016	2015
Rendas de títulos de renda fixa	669	345
Renda de cotas de fundo de renda fixa	<u>31.371</u>	<u>28.363</u>
TOTAL	<u>32.040</u>	<u>28.708</u>
	2016	2015
Despesas com serviço técnico especializado (i)	(79)	(117)
Despesas tributárias (ii)	(9)	(12)
Despesas de administração de fundos (iii)	<u>(961)</u>	<u>(862)</u>
TOTAL	<u>(1.049)</u>	<u>(991)</u>

- (i) Despesa com publicação das demonstrações contábeis, juntamente com o relatório de administração, em jornal de grande circulação.
- (ii) Taxa de fiscalização do funcionamento paga à Prefeitura Municipal de Salvador.
- (iii) Refere-se a valores pagos à administradora do Fundo a Agência de Fomento do Estado da Bahia, decorrente da prestação dos serviços de administração.

10 Partes relacionadas

Conforme reza o Pronunciamento Técnico CPC nº 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, o Fundo identificou como partes relacionadas:

- Estado da Bahia: único cotista;
- Desenhahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A: gestora do fundo;
- Fundese - Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico: recomposição de cotas;
- Demais órgãos vinculados ao estado da Bahia.

Ao longo do exercício, o Fundo teve como despesa de taxa de administração o valor de R\$ 961 (R\$ 862 em 2015), e findou o ano com uma obrigação de R\$ 89 (R\$ 81 em 2015), também inerente à taxa da administração.

Com o objetivo de manter o nível de aplicações correspondentes à prestação de garantias do Fundo em consonância com o seu regulamento, foi realizada a recomposição das cotas do Fundo por meio de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, em nome do estado da Bahia e integralizaram o montante de R\$ 45.253, correspondente a 35.419 cotas.